

## O papel da Educação na promoção da coesão social em Angola: desafios e perspectivas actuais

ANTÓNIO LUIS JULIÃO\*

**Resumo:** Os constrangimentos causados pelo conflito armado em Angola afectaram o funcionamento das estruturas sociais. Com o estabelecimento definitivo da paz começa um ciclo de reconstrução, que não se limita somente às infra-estruturas, mas sobretudo à coesão social em todas as suas vertentes. Para o efeito, requer-se um sistema educativo, que estimule a construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e desenvolvimento justo das comunidades. Neste sentido, o presente texto pretende contribuir com algumas reflexões acerca dos desafios e perspectivas do sistema educativo angolano na promoção da coesão social. Para dar suporte ao mesmo, e inspirando-se na abordagem qualitativa, privilegiamos a recolha bibliográfica, a leitura e interpretação da documentação relacionada ao tema. O texto conclui, que para se tornar efectiva a coesão entre os povos e a formação de uma sociedade melhor, as políticas educativas e curriculares precisam ser fundadas em princípios inclusivos, calcados na lógica multicultural e emancipatória.

**Palavras-chave:** Educação em Angola; Currículo Multicultural; Grupo social; Coesão social; Políticas educativas e curriculares.

*The role of education in promoting social cohesion in Angola: challenges and current perspectives*

**Abstract:** The constraints caused by the armed conflict in Angola have affected the functioning of social structures. With the definitive establishment of peace begins a cycle of reconstruction, which is not limited only to infrastructure, but above all to social cohesion in all its aspects. To this end, an educational system is required to stimulate the building of a free, democratic, peaceful society and the just development of communities. In this sense, the present text intends to contribute with some reflections on the challenges and perspectives of the Angolan educational system in the promotion of social cohesion. To support it and based on the qualitative approach, we privilege the bibliographic collection, the reading and interpretation of the documentation related to the theme. The text concludes that in order to make cohesion between peoples and the formation of a better society effective, educational and curricular policies must be based on inclusive principles based on the multicultural and emancipators logic.

**Key words:** Education in Angola; multicultural curriculum; social group; educational and curricular policies.



\* **ANTÓNIO LUIS JULIÃO** é docente e responsável-adjunto da área pedagógica do Complexo Escolar BG 1083 Sede da Sabedoria, Angola-Benguela; Especialista em Desenvolvimento Curricular e Inovação Educativa.



### Introdução

A República de Angola é um País da costa ocidental da África austral, cujas fronteiras foram definidas no fim do século XIX. É o terceiro maior país da África Austral, com uma superfície territorial de 1.246.700 km quadrados, incluindo o enclave costeiro de Cabinda, que se encontra separado do resto do país por uma faixa de território de cerca de cinquenta quilómetros, segundo o Instituto Nacional de investigação e desenvolvimento da educação (ANGOLA, 2003).

Depois da independência em 1975, instalou-se uma intensa guerra civil que durou cerca de três décadas e terminou em 2002. Estima-se que a guerra tenha dizimado mais de 1,5 milhões de vidas e deslocado cerca de 4 milhões. Muitas crianças foram recrutadas para a guerra, testemunharam actos de guerra ou foram deslocadas ou separadas da família; a desnutrição estava disseminada e a maioria das crianças não ia à escola. Logo que acabou a guerra, o governo de

Angola lançou o Programa de Reabilitação e Reconstrução, que começou por centrar-se na consolidação do acordo de paz e na governação, apoiando deslocados e refugiados, melhorando a segurança alimentar, desenvolvendo as áreas rurais e a rede de transportes em todo o território angolano. A segunda fase, 2005-2010, passou a preocupar-se com o crescimento macro-económico que está para além das indústrias de petróleo e diamantes, com o desenvolvimento de infra-estruturas, investimento social e consolidação da reforma institucional e política. Em comparação com outros países africanos,

Os constrangimentos causados pelo conflito armado no país afectaram gravemente o funcionamento das estruturas sociais. Com o estabelecimento definitivo da paz começa um ciclo de reconstrução, que não se limita somente às infra-estruturas, mas sobretudo à coesão e unidade social dos diferentes grupos em todas as suas vertentes. Para isso, requer-se

continuamente um sistema educativo que acolha a diversidade, que estimule a construção de uma sociedade livre, democrática, de paz, de tolerância, unidade nacional e desenvolvimento justo das comunidades.

Destaca-se que a guerrilha armada em Angola foi iniciada pelos contínuos desentendimento das principais forças político-partidárias, que pretendiam constituir-se Governo e definir os destinos do povo angolano. O significado da guerrilha armada representa para todos os angolanos momentos de profundas tristezas e desolação, pelas inúmeras perdas humanas e do agravamento do tecido económico e social do país, mas representa também e sobretudo, lição sobre as consequências nefastas que os conflitos armados podem desencadear, quando não se recorre ao poder do diálogo e da concertação. Deste modo, e no pós-conflito, os esforços têm sido envidados no sentido de readaptar o sistema educativo às novas exigências da formação de recursos humanos, necessários ao progresso sócio – económico da sociedade angolana.

Importa sublinhar que no contexto angolano, não se pode deixar de observar que a qualidade do ensino ainda deixa a desejar, pois procura-se satisfazer e completar as estatísticas em detrimento da qualidade requerida. Levantou-se esta constatação porque as políticas educacionais e curriculares angolanas ainda se preocupam com o número de aprovados em cada ano e em cada classe, deixando de lado a qualidade e a inclusão dos grupos, que são mais importantes a nosso ver e solicitado pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Os saberes escolares transmitidos aos educandos em processo de escolarização nada mais são que uma ideologia pautada num currículo monocultural,

conservador e elitista, que fomenta a exclusão de certos grupos sociais. Esse processo meramente instrucional, que perdura até os dias actuais, impossibilita que outros saberes sejam acoplados ao currículo, inviabilizando a questão da unidade e coesão social.

É certo que se registaram alguns avanços muito significativos nos últimos dez anos, em termos quantitativos, mas também é verdade que ainda persistem debilidades estruturais que travam as dinâmicas de integração social da generalidade da população. Entre elas sobressaem os abandonos escolares precoces e todas as saídas do sistema escolar sem qualquer qualificação profissional. Estas debilidades não podem considerar-se inscritas apenas no plano escolar, mas traduzem com bastante nitidez as fragilidades sociais que habitam outros sistemas sociais, com destaque para o sistema produtivo.

A homogeneização e padronização das escolas angolanas ainda tendem a menosprezar a cultura e os saberes dos educandos das camadas populares em benefício daqueles que detêm os bens culturais. A escola, enquanto espaço de descobertas, interacção, troca de experiências e aprendizados diversos, necessita abrir-se para a realidade dos educandos e da comunidade. Essa realidade se traduz naquilo que consideramos de suma importância para a complementação do currículo escolar: a inserção de saberes, vivências e manifestações culturais que acontecem fora dos muros escolares. A inclusão e coesão social que a Educação deve promover são fundamentais para que o país tenha uma sociedade melhor, fundada no bem-estar e na harmonia entre os distintos grupos sociais. Sem coesão teremos um estado de anomia e uma desintegração social. Para isso, ela deve ser objecto de políticas educativas e

curriculares coerentes e abrangentes em respeito ao tempo e contexto de sua realização.

A questão curricular que aqui propomos repensar repassa a ideia de formar um currículo voltado para a diversidade e multiculturalidade. Acreditamos que, a partir do entendimento de que o currículo pode ser um caminho para se trabalhar questões de preconceito, discriminações, violência, diversidade cultural, coesão, dentre outros, a educação tornar-se-á elemento indispensável para o combate das desigualdades sociais e educacionais, contribuindo grandemente para a unidade e bem-estar dos povos.

Neste sentido, o presente texto pretende discutir e contribuir com algumas reflexões acerca dos desafios e perspectivas do sistema educativo angolano na promoção da coesão social, repensando a questão curricular e pressupondo o estabelecimento de novos paradigmas na educação seguindo uma perspectiva multicultural. Para dar suporte ao mesmo, e inspirando-se na abordagem qualitativa, privilegiamos a recolha bibliográfica, a leitura e interpretação da documentação relacionada ao tema.

A nosso ver, a escola deveria ser o espaço de consolidação das culturas para que elas possam ganhar força para a coesão e unidade social. Nas áreas rurais angolanas, pais e encarregados de educação das crianças ainda enviam seus filhos para os ritos de iniciação durante o tempo escolar, porque perceberam que a escola não consegue dar conta da educação necessária, básica e fundamental para a integração do futuro responsável pela continuação da geração naquela comunidade, que é a criança. A educação formal angolana ainda está longe de satisfazer a realidade das comunidades e isso não anima os pais. Tal atitude, resulta em altos índices de

abandono escolar, e mais do que isso, de desintegração social. Assim, perspectiva-se que o Estado angolano possa efectivamente promover a coesão e reconciliação social por intermédio de uma educação, que respeite e acolha as múltiplas diversidades, tanto nas zonas rurais, quanto nas zonas urbanas, garantindo desta forma o bem-estar de todos e de cada um.

O artigo conta com cinco secções (Introdução; algumas questões sobre a Educação em Angola; Educação, Currículo e Coesão Social; A Educação como instrumento de Coesão Social; Conclusão), seguindo uma abordagem que, inicialmente, trata de explicitar os enredos do sistema educativo angolano, seguindo-se reflexões acerca da relação entre Educação, currículo, bem-estar e coesão social, tendo como principal farol o paradigma multicultural.

### **Algumas questões sobre a Educação em Angola**

Segundo a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino 17/16, o currículo escolar angolano tem um carácter nacional e afigura-se de cumprimento obrigatório, teoricamente fundado na lógica da unidade nacional, mas praticamente proporciona uma desintegração e fragmentação dos grupos, mormente minoritários. Do ponto de vista vertical, o Sistema Nacional de Educação angolano foi organizado em quatro níveis de ensino. O 1º nível (pré-escolar) compreende a creche e o jardim de infância, o 2º nível (primário/obrigatório) compreende seis classes (da 1ª a 6ª classes), o 3º nível (secundário) compreende sete classes (7ª a 13ª classes) e o 4º nível (superior) corresponde quatro a seis anos académicos (1º a 6º). No nível de ensino primário cada turma é ensinada por um professor que lecciona todas as disciplinas curriculares, enquanto, nos

demais níveis, cada disciplina é leccionada por um único professor (INIDE, 2003). O Nível de Ensino Superior goza de uma autonomia administrativa, pedagógica e financeira, não se subornando às orientações directas do Estado. A obrigatoriedade da Educação traduz-se no dever do Estado, da sociedade, das famílias e da sociedade de assegurar e promover o acesso e a frequência gratuitas ao sistema de Educação e Ensino a todos os indivíduos em idade escolar. A obrigatoriedade da educação abrange a classe de iniciação, o Ensino Primário e o I Ciclo do Ensino Secundário (LBSE, 17/16, Art. 12º).

Nessa lógica do currículo de inspiração centralista, que é o caso de Angola, quem não se adapta, está fora dos padrões de uma qualidade excludente, que o mesmo sistema criou e vai consolidando. Contudo, tais processos contrariam o objectivo da República vertido na Constituição (Angola, 2010), que visa construir uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social.

E se à luz da Declaração de Salamanca, (UNESO, 1994), as políticas educativas e curriculares proporcionassem a adaptação do currículo às necessidades e diversidade dos povos, fornecendo oportunidades curriculares que correspondessem às crianças com capacidades e interesses distintos? Não estariam a contribuir sobremaneira para a almejada coesão e unidade social? Não estariam a contribuir para a felicidade dos povos que conformam o diverso mosaico cultural do país? Não estariam a fomentar a consciência colectiva e solidária, que pudessem contribuir para o desenvolvimento e bem-estar do país? Não estariam a ajudar a criar um país de todos e para todos, por via da educação? Não estariam a respeitar os princípios da universalidade e democraticidade

plasmados nos cânones que regem o país?

Não obstante ao supra aludido, importa ainda sublinhar que o português é utilizado como língua-veículo dos conhecimentos em sala de aula, para todos os alunos (artigo 16º, Lei de Bases, 17/16). Por conseguinte, no meio rural, onde há forte predominância das línguas nacionais, observam-se situações mais drásticas, uma vez que grande parte da população muito raramente fala ou conhece a língua oficial. O que significa que muitos alunos só falam o português na escola, com o professor. Somente em situação escolar é que os alunos entram em contacto com o português. Por esse facto, é válido relevar, que “a língua é ao mesmo tempo cultura” (VELASCO e TIMBANE, 2017, p.5). Assim, relativamente ao ensino em Língua Portuguesa, ele é realizado num contexto multicultural, o que em nosso entendimento dificulta não só o processo educativo, como também coloca em risco a tónica da coesão e unidade social. A Declaração Universal de Direitos Linguísticos (Unesco, 1996), no seu 2º artigo, nº 2 estabelece: o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconómicas.

Como a realidade angolana difere dessa posição, tal facto, provoca, em alguns grupos, um sentimento de rejeição e de auto-exclusão decorrente de um sistema educacional monocultural e excludente, contribuindo para a pouca atracção da escola, o que se configura como uma das causas relevantes do abandono e do insucesso escolar em Angola. Ademais, olhando bem para este elemento, pode-se

pensar que o problema está na escola, mas na realidade não é. Em nossa perspectiva, o problema ancora-se nas políticas educativas, curriculares e de integração nacional. Dito de outro modo, o problema reside, portanto, em um facto meramente político. São as concepções políticas que do ponto de vista objectivo têm contribuído muito pouco para a coesão e inclusão das várias vontades, dos vários saberes, experiências, hábitos e costumes dos diferentes grupos sociais angolanos.

Neste sentido, defendemos um sistema educativo pensado não para sujeitos, como o que existe actualmente no nosso contexto, mas pensado pelos sujeitos e através dos sujeitos. Sujeito que não vive e que não narra sozinho, mas que traz consigo – e em si – as muitas vozes e suas experiências, suas mundividências que narram também (Serpa, 2011), de modo a contribuir para uma pedagogia emancipadora, fundada na riqueza da diversidade.

Destarte, tendo em conta o papel da educação na unidade e coesão dos diferentes grupos sociais, contribuindo para o desenvolvimento do país, importa fazer uma reforma drástica no currículo numa perspectiva das diversidades, na lógica do reconhecimento do outro, fortalecendo os laços de confiança e de unidade nacional (um só povo, uma só nação). Para isso, torna-se imperativo caminhar-se para uma perspectiva multicultural como eixo organizativo do currículo escolar, fazendo ecoar o grito das culturas silenciadas.

O Multiculturalismo é um processo que permite questionar no interior do currículo escolar e das práticas e processos pedagógicos desenvolvidos, a “superioridade” dos saberes gerais e universais sobre os saberes particulares e locais. O multiculturalismo na escola nada mais é do que a inclusão de todos à

educação, procurando atender aos interesses de todos, independentemente de etnias, saberes, deficiências ou diferentes grupos minoritários, geralmente exceptuados e marginalizados (MOREIRA, 2001; FERREIRA, 2011). Na sua concepção o currículo educacional deve atender a todas estas diversidades, pois a sociedade não é homogénea. Para tanto, o currículo deve ser ampliado e abranger as necessidades dos grupos minoritários, ou seja, não pode se prender apenas à cultura dominante e geral, mas sim reconhecer a singularidade dos indivíduos que conformam a escola e concomitantemente a sociedade.

O multiculturalismo busca promover respostas à diversidade cultural no currículo escolar e da formação docente, implicando conquistas e reivindicações, de modo a evitar as formas diversas de opressão, exclusão e dominação. Acreditamos que, a partir do entendimento de que o currículo pode ser um caminho para se trabalhar questões sobre inclusão, coesão, diversidade cultural, participação, cidadania, dentre outros, a educação tornar-se-á elemento indispensável para o combate das desigualdades sociais e educacionais, fortalecendo e contribuindo para a unidade entre os povos e o desenvolvimento do país.

### **Educação, currículo e coesão social em Angola: quais desafios?**

O conceito sociológico de coesão social está relacionado a uma espécie de estado, pelo qual os indivíduos mantêm-se unidos, integrados em um grupo social, ou, simplesmente, o estado de integração regional, um dos grandes desafios das políticas sociais integradas. Inclusão e pertencimento são os eixos sobre os quais a noção de coesão social em sociedades ordenadas sob a égide do Estado tem evoluído. Há coesão social

quando temos um grupo composto por indivíduos que compartilham objectivos, acções, ideias e crenças. É esse compartilhamento que possibilita a existência do grupo, que colabora para o bem-estar da sociedade. Assim, até que ponto a educação, por via do currículo pode promover a coesão e solidariedade social? Angola permeada por regiões pluriculturais, qual deverá ser o papel da Educação no acolhimento e consideração dessas variedades, que até enriquecem o mosaico cultural? Enquanto sujeitos, como estamos sendo representados no currículo?

Como vimos acima, o currículo escolar angolano tem um carácter nacional e afigura-se obrigatório, independentemente da diversidade das várias regiões. Por se considerar monocultural, elitista e excludente, não abre espaço para os saberes locais, os hábitos e costumes, nem para as manifestações culturais, tendo em conta a diversidade cultural que caracteriza o povo angolano. Assim, para que a escola assuma o seu verdadeiro papel de servir o desenvolvimento das sociedades e garantir a inclusão e coesão de todos os angolanos, precisa de uma Educação, que seja conduzida por um currículo aberto, pluricultural e flexível para dialogar com os saberes e culturas locais, que juntas enriquecem e enobrecem o país.

À título de exemplo, uma das manifestações culturais com os quais o sistema educativo angolano, por via do seu currículo não estabelece diálogo e, por isso, sua existência é preterida no sistema de ensino, são os rituais de iniciação à vida adulta, às quais raparigas e rapazes se submetem, em algumas regiões do país. Assim, para as raparigas os rituais são *efico*, *mufico*, *tchicumbi e usso* a depender da região do país em que se manifesta o ritual. Durante a

manifestação cultural, a menina aprende a cuidar do lar, dos filhos, do esposo e servir a comunidade e, para os rapazes a *circuncisão*, *evamba* ou outra designação usada pelo grupo étnico, cujo objectivo é inculcar a responsabilidade deste como maioral da família.

No entanto, estas manifestações, por norma, acontecem de Junho a Agosto, período lectivo em que decorrem as aulas. Assim (Moisés, 2014), afirma que os ritos de iniciação, embora bons, no sentido em que, a partir deles se molda o indivíduo, com valores morais para a vida, têm, ao mesmo tempo, um impacto negativo para a educação, uma vez que os pais e encarregados de educação submetem os filhos aos ritos no tempo lectivo, o que concorre para elevados índices de desistências nas escolas e/ou insucesso escolar. Isto origina um aproveitamento pedagógico negativo, devido a não identidade cultural e linguística com a escola e, por conseguinte com os conteúdos nela ministrados que, na maioria das vezes, entram em conflito com as suas culturas e valores, originando a desintegração social.

Portanto, com a rigidez do currículo macro e a não programação destes saberes, não se dá a possibilidade de os sujeitos abrangidos recuperarem os conteúdos escolares perdidos e, como resultado, surge o abandono escolar de ambos os sexos e pior que tudo isto, surge a desintegração social. A menina desiste da escola e vai se juntar ao seu parceiro, como forma de preencher o espaço deixado pela ausência dos conteúdos que a escola deveria ter a responsabilidade de ministrar. Regista-se a gravidez precoce, maternidade irresponsável e o rapaz engrena nas actividades de seus familiares para se “tornar num grande homem”. Nesta óptica, (Moisés, 2014) alude que a

integração dos ritos de iniciação no currículo pode contribuir significativamente para a redução das desistências e dos casamentos precoces, na medida em que, a educação daria continuidade, em termos de acompanhamento, aos iniciados, para tomada de consciência de que, embora sintam-se adultos socialmente, por terem passado pelos ritos de iniciação, continuam crianças no Ensino. Daí que precisam estudar para garantirem o seu futuro e o desenvolvimento socioeconómico nas comunidades onde estão inseridos e o fortalecimento dos vários grupos sociais.

Outros hábitos e costumes característicos da cultura angolana com os quais a educação formal não dialoga são os das comunidades, quer sejam autóctones ou não. A título de exemplo, o currículo não prevê o período em que algumas comunidades do Sul do país se deslocam das suas habituais áreas de residência em busca de água para si e para o gado (a transumância), os locais onde se concentram as escolas construídas pelo poder e Estado em relação às distâncias das zonas de residência das comunidades (prováveis alunos destas escolas), as condições económicas e sociais destas comunidades, os períodos de cultivo que se realizam entre os meses de Outubro a Janeiro e ceifa que se processa entre os meses de Maio a Agosto, entre outros. Estes aspectos, se constituem num ponto negativo para o sistema de educação e ensino, já que, a relação entre o currículo (educação formal) e os rituais, os hábitos e costumes (educação familiar e comunitária) dos vários grupos e outras manifestações, deveria ser de complementaridade, fortalecendo e contribuindo para o estreitamento dos laços dos diferentes grupos e povos, e cumulativamente para o desenvolvimento do país.

Neste sentido, nota-se que a coesão social, inclusão e o reconhecimento das diferenças culturais constituem ainda um enorme desafio para o sistema educativo angolano, pelo facto de não existir um processo de Estado que aproxime às pessoas ao conhecimento e práticas normativamente oficiais, fazendo com que a escola que seria para o povo se torne, na verdade, contra o povo, tornando o país balcanizado e empobrecido culturalmente (SOARES, 2005). Assim, o silenciamento cultural no currículo, efectivado na prática educativa, parte do pressuposto descabido de que a cultura hegemónica e dominante deva prevalecer sobre as demais culturas consideradas minoritárias. Essa realidade, presente em muitas instituições escolares do país, reforça a defesa de uma estrutura curricular rígida que desconsidera as experiências culturais vindas do meio popular, reduzindo a coesão entre os diferentes grupos.

Destarte, acreditamos que só será possível pensarmos na coesão social em Angola, por via de um currículo de eixo multicultural, que acolhe as experiências oriundas dos próprios cidadãos/educandos que levam para as salas de aula idiosincrasias que eles consideram importantes de serem percebidas. Desta forma, teríamos uma educação a promover significativamente a igualdade, a coesão social e o tão almejado desenvolvimento do país.

### **A Educação como instrumento de coesão social: caminhos possíveis para Angola**

Retomamos a discussão reforçando a ideia de que, o sistema educativo angolano não tem mais espaço na actual conjuntura e diversidade de culturas e povos do país. Assim, em nosso entendimento só será possível estar-se diante de uma educação portadora de

coesão social, optando por um modelo de educação inspirado no multiculturalismo, isto é, um modelo inclusivo, flexível, que incorpore as culturas dos diversos grupos sociais, que considere a diferença e o potencial de outros. Daí a necessidade de reflectirmos sobre procedimentos e práticas que sejam compagináveis aos novos imperativos e às várias culturas.

O primeiro elemento que propomos está relacionado à necessidade de desconstrução de concepções, processos, práticas e modelos que ainda reforçam a classe dominante hegemónica para reforçar a diversidade e unidade dos grupos; Um segundo núcleo se relaciona à articulação entre igualdade e diferença no nível das políticas educativas e curriculares, assim como das práticas pedagógicas que conduzem à educação de todos e para todos os grupos; Quanto ao terceiro núcleo, ele se relaciona com o resgate dos processos de construção das identidades socioculturais, tanto no nível pessoal como colectivo, considerando a história de vida, cultura e língua de todos os cidadãos. É muito importante esse resgate das histórias de vida e que elas possam ser narradas, reconhecidas, valorizadas e promovidas como parte importante do processo educacional; Um último núcleo tem como eixo fundamental promover experiências de interacção sistemática com os “outros”, experimentando uma espécie de justiça, equidade e coesão social, na lógica funcional de um só povo e uma só nação.

A educação que reconhece as diferenças afecta as políticas educativas e curriculares, selecção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didácticas, as actividades extra-curriculares, o papel do/a professor/a, a relação com a comunidade, etc.

Em função do acima exposto, queremos aqui relevar que o primeiro desafio para coesão social é desconstruir/repensar o actual paradigma educativo. Obviamente, que de tal processo resultarão tensões, conflitos, resistências, próprios de uma mudança que homenageia a diversidade e a coesão, que caminha caminhe a passos largos para um paradigma multicultural, que mobiliza processos dinâmicos em várias direcções. Este talvez seja o maior desafio da multiculturalidade, não ocultar as desigualdades, as contradições e conflitos das sociedades actuais, mas trabalhar, dialogar e intervir neles, de modo a tornar possível a promoção e o reconhecimento da riqueza da diversidade e uma convivência plural e harmónica entre os principais sujeitos e actores, resultando num processo de coesão social, desenvolvimento e fortalecimento da nação.

### Considerações finais

Angola, igual a muitas nações no mundo, e em particular em África, tem um mosaico cultural rico e diversificado. O presente artigo pretende demonstrar que, apesar de várias tentativas, o sistema educativo, ainda não consegue dar resposta às aspirações que as diversidades dos grupos sociais têm sobre ele. A escola devia preparar cidadãos para inseri-los na sociedade e não os desvincular, desintegrá-los da sua cultura e do seu povo, dificultando a luta pela igualdade, conquista dos direitos, patrocinados pela política educativa e curricular vigente.

Os sistemas de educação vigentes na maioria dos países africanos foram criados propositada e especificamente para reforçar a ideologia colonial de dominação, segundo a qual, os africanos precisam civilizar-se, pois são selvagens e sem cultura. É desta forma preconceituosa que o sistema colonial

difundia e inculcia menosprezo na mente dos africanos. Até hoje, isso se observa quando o sistema educativo recusa a cultura do aluno considerando-a atrasada e pobre valorizando assim culturas e línguas alheias, adiando o processo da coesão e bem-estar social e consequentemente o próprio desenvolvimento do país.

Finalmente, constatamos que Angola pretende avançar no campo da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico, formando cidadão críticos e conscientes. Entretanto, parece longo ainda o percurso para modificar o perfil nacional, marcado pelos desequilíbrios regionais e pelas desigualdades sociais. Isto nos leva à conclusão de que a caminhada deve prosseguir e que as abordagens sobre o tema precisam ser aprofundadas, no sentido de contribuir com os avanços na perspectiva da equidade, da coesão e bem-estar dos diferentes grupos sociais que pululam em Angola.

Assim, tentámos aqui mobilizar argumentos para afirmar, que o desafio da educação para a coesão social e formação de uma sociedade melhor em Angola será dificilmente resolvido sem políticas educativas e curriculares hodiernas, justas e coerentes, que estejam fundadas em princípios inclusivos e calcadas na lógica multicultural e emancipatória, que visam reconhecer o outro. Desta forma, abrem-se perspectivas para a divisa “um só povo, uma só nação”.

#### Referências

- ANGOLA. Assembleia Nacional - **Constituição da República**. I Série-n.º 23, de 5 de Fevereiro, 2010.
- ANGOLA. Decreto-Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro – publicado no **Boletim Oficial da República**. I Série – n.º 170 – Cria os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino, 2016.
- ANGOLA. Caracterização Global do Contexto Angolano e Respectivo Sistema Educativo. Reforma Curricular/INIDE. Luanda: **Ministério da Educação**, 2003
- FERREIRA, Fernanda. Multiculturalismo e Currículo Escolar: Desafios e Possibilidades para o novo milénio. Pesquisa em Pós-Graduação, **Série Educação**, n.º7, p. 133-142, 2011.
- MOISÉS, Rosalina. "Os ritos de iniciação no distrito de Lichinga: desafios para a educação". In: Duarte, S. e Maciel, C (org). Temas Transversais em Moçambique: Educação, Paz e Cidadania. Textos da Conferência Organizada pelo Centro de Estudos de Políticas Educativas. Maputo, **Editora Educar**, 2014.
- MOREIRA, António. Multiculturalismo, currículo e formação de professores. In: MOREIRA, António (Org). Currículo: políticas e práticas. Campinas: **Papirus**, 2001
- SERPA, Andréa. A cultura escola em movimento: diálogos possíveis. Rio de Janeiro: **Rovelle**, 2011.
- SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: **Ed. Autêntica**, 2005.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção: Necessidades Educativas Especiais. **Salamanca: Unesco**, 1994.
- UNESCO. Declaração universal dos direitos linguísticos. Barcelona: **UNESCO**, 1996.
- VELASCO, Marcelino; TIMBANE, Alexandre. O processo de ensino-aprendizagem do português no contexto multicultural moçambicano. **RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa**, n.º 32, pp.100-120, 2017.

Recebido em 2019-07-06

Publicado em 2020-02-28